

# Sarney: nada de explicações

Falando em nome da liderança, José Sarney respondeu ao discurso de Marcos Freire e o debate foi travado com a participação de Franco Montoro, Roberto Saturnino e Gilvan Rocha, pelo MDB, e o próprio Sarney e Jarbas Passarinho, além de uma rápida observação de Heitor Dias.

Sarney considerou que Freire pintou um retrato não só pessimista, mas, sobretudo, sombrio do Brasil, e que o pensamento dele, quando dizia que "temos de prestar contas à comunidade internacional, não corresponde à opinião do seu partido, nem representa a opinião do povo brasileiro".

— Hoje, sem dúvida, V. Exa., colocou o Brasil no rol das nações que exercem o regime de tirania, onde as suas palavras, sem dúvida, constituem lenhas colocadas no fogo que lá fora se acende tentando queimar o nosso país.

Após afirmar que o Brasil, em tempo algum, recusou qualquer ajuda a favor dos direitos humanos, Sarney disse que Freire, no instante em que pintava um Brasil mergulhado em tirania profunda, em que as mais fundamentais conquistas do ser humano são relegadas, estava prestando uma injustiça ao seu país, nivelando-o àquelas nações que, no mundo inteiro, são objeto de censura internacional, justamente pela prática dessas ações.

Quanto à expressão "devemos cumprir os documentos que firmamos", dito por Freire, o senador maranhense considerou que tal afirmação era como se estivéssemos a descumprir a declaração dos direitos humanos, firmada em 1948, em São Francisco, e que o compromisso firmado pelo Brasil tem sido invariavelmente seguido,

e este é o de se esforçar para que, através da educação, do ensino, dos procedimentos governamentais, cada vez mais as ofensas aos direitos humanos deixem de aparecer no nosso país como na face da terra.

— Não podemos, jamais, invocar que a violência aqui, seja um instrumento do Poder, seja um instrumento político a serviço de quaisquer grupos de pessoas do Governo. Se ela existe, e existiu, sempre temos nos esforçado, desde a índole do povo brasileiro, para que ela deixe de existir, e ninguém pode deixar de reconhecer o esforço do Chefe da Nação, que tem se esforçado, cada vez mais, utilizando os instrumentos do Governo, para que, em realidade, jamais pudéssemos ter violência em qualquer nível do nosso País.

Franco Montoro quando entrou no debate, disse que o Brasil não deve satisfação a nenhuma potência estrangeira, mas proclamou que deve satisfações à comunidade mundial. O Brasil subscreveu a Carta de Constituição da Organização Internacional do Trabalho, disse, que é um organismo internacional, estabelecendo que os países aceitem e se comprometam a realizar no seu território os preceitos ali estabelecidos, o que temos procurado cumprir.

Jarbas Passarinho lembrou que por três anos frequentou a Conferência da Organização Internacional do Trabalho e que o comportamento brasileiro a cada ano que passava era menos susceptível de reparos e justamente no campo da OIT temos uma legislação trabalhista altamente evoluída.

Novamente intervindo, Montoro disse que não falou que o

Brasil não tinha seu nome, mas que ele presta conta e que nem sempre ele está apontado como o país que cumpriu na totalidade as suas obrigações assumidas.

O retorno de Marcos Freire ao debate foi para dizer que se as circunstâncias mudaram desde que aqui chegou, consequentemente não podem mudar as críticas que formulava, e prosseguindo, disse que são tantas as infrigências que se praticam no país, que ele não gostaria de crescer com mais uma, mesmo de natureza regimental.

Marcos disse mais ainda que julgava não estar a jogar lenha na fogueira, mas apenas despertando a sensibilidade do Governo para a necessidade de cumprir aqueles compromissos que ele anunciou durante o movimento de 64. Apoiou a denúncia do Acordo Militar com os americanos e quando Sarney, em mais uma intervenção, voltou a tocar em obrigações internacionais e disse não acreditar que ele, Freire, pudesse ser um porta-voz de Carter, porque este era quem estava pedindo contas ao Brasil, respondeu que não era vergonha nenhuma para o país prestar contas dos compromissos internacionais assumidos.

— Direitos Humanos não é, nem pode ser esfera privativa de quem quer que seja, e não é porque os Estados Unidos falem hoje, mas do que ontem neles, que eu vou deixar de falar.

Roberto Saturnino disse que o pensamento de Freire representava o pensamento da bancada, quanto ao fato de que o Brasil não deve dar satisfação nenhuma a qualquer outra nação, mas explicações com relações àquelas compromissos assumidos, sim.